

OLHANDO AS MULHERES DA TV ESCOLA E VISIBILIZANDO SUAS AUSÊNCIAS

Denise Bastos de Araujo¹

Resumo: Este artigo pretende apresentar parte dos resultados da pesquisa *Mulheres da TV Escola: um estudo de suas representações*, cujo estudo foi desenvolvido a partir das análises quali-quantitativas do DVD 11, da coleção da TV Escola. A importância da escolha dessa coleção se deu pelo fato de a mesma ter sido distribuída pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, para 75.000 escolas públicas do Brasil. Os resultados da análise mostram que embora as representações das mulheres estejam minimamente presentes nos vídeos, o processo androcêntrico da história persiste ao encobri-las ou mesmo fazendo-as desaparecer.

Palavras-chave: Mulheres; Representação; História; TV Escola, Invisibilidade.

Esse artigo tem por objetivo trazer uma breve discussão sobre a ausência feminina nos processos históricos, a partir de uma amostra que foi escolhida pelo critério de maior locação² entre as mídias que compõem a Coleção da TV Escola. A escolha recaiu sobre o DVD 11³ que apresenta os conteúdos de História do Brasil. As imagens dos vídeos aqui analisadas têm relevada importância pelo fato de elas terem ação formativa junto àqueles(as) que as utilizaram e que, ao atualizarem eventos históricos construídos por pessoas, se constituem em campo favorável para a análise das relações de gênero. A necessidade de trazer essas discussões para sala de aula é imprescindível como aponta Louro (1997, p. 80-81) “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou repete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz”.

¹ Professora da rede estadual de ensino, funcionária do Instituto Anísio Teixeira - <http://www.sec.ba.gov.br/iat/>, mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - ppgneim@ufba.br.

² Considerando as locações da videoteca do Instituto Anísio Teixeira. Essa videoteca foi criada para atender aos(as) professores(as) da rede pública estadual e municipal de ensino, além de instituições filantrópicas. Possui vários acervos para atendimento às diversas disciplinas.

³ São 8 episódios que compõem o DVD 11: E1. Essa gente brasileira (16'20"); E2. Questão social: caso de polícia (14'57"); E3. Canudos e Contestado: guerras de Deus e do Diabo (20'13"); E4. O puxa-encolhe da borracha (13'50"); E5. A Era Vargas (19'54"); E6. Uma cidade se faz do sonho (15'21"); E7. No regime dos militares (20'03"); E8. Da Nova República ao Real (20'39").



Além disso, a inclusão das imagens aos conteúdos educacionais também tem relevância, porque sua inserção vai para além do seu uso enquanto ferramenta em virtude de o mundo em que vivemos se constituir, em grande parte, pela linguagem imagética. Assim, a escola não poderia ficar alheia a essa inovação, cujas imagens mais legitimadas para fins educacionais foram as da fotografia, amplamente utilizadas nos livros didáticos, e mais recentemente as dos vídeos didáticos, inspiradas pelo cinema. Atualmente, além dessas, existem as imagens trazidas pelos *games*, pela televisão e *internet*, que estão cada vez mais presentes no cotidiano dos(as) estudantes.

A mídia escolhida apresenta oito episódios que têm o mesmo formato: curtas narrativas feitas por cinco jovens que se revezam, ilustrando suas apresentações através de mapas, imagens em movimento, fotos e croquis projetados em uma tela localizada ao fundo, compondo o cenário. Os arquivos apresentados como suporte da narrativa trazem as já conhecidas imagens da história oficial, salvo raras exceções como, por exemplo, a foto de Olga Benário Prestes e Tarsila do Amaral. Além disso, pequenas dramatizações se intercalam com essas narrativas através de bonecos articulados do grupo Mão Molenga, que interpretam personagens ora identificados como protagonistas da história oficial, ora por personagens anônimos. As análises apresentadas nesse artigo referem-se justamente a essas dramatizações.

Aqui se tem o propósito de identificar o quanto as mulheres aparecem nos oito episódios. Para isso foi criado um banco de dados que será apresentado através de duas tabelas: uma com os nomes próprios que foram citados nos episódios e a outra com o tempo de exposição dos personagens.

Alguns desses dados, ao serem cruzados, podem fornecer pistas para compreender como a invisibilidade feminina, tão freqüente nos relatos históricos, se perpetua ao continuar sendo reproduzida pelos novos⁴ materiais didáticos. Na tentativa de melhor visualização das ausências femininas, foram quantificados os nomes próprios de personagens, homens e mulheres.

A tabela 1 mostra o quanto os nomes de homens e de mulheres foram citados em cada um dos episódios, resultando em uma totalização que sugere que, embora as mulheres estejam minimamente representadas, ainda há continuidade da ausência das mulheres nos processos históricos. Melhor dizendo, a representação mínima comprova a idéia de ausência.

⁴ A coleção da TV Escola é composta por 50 mídias que foram produzidas entre 1997 e 2004, sendo a amostra dessa pesquisa, de 2002.

TABELA 1 – Quantificação dos nomes de personagens do DVD 11. Salvador, 2010.

Nomes	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	Total
Homens	14	06	19	02	11	09	24	08	93
Mulheres	01	01	01	-	02	01	03	03	12
Total	15	07	20	02	13	10	27	11	105

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

A disparidade numérica apresentada na tabela 1 pode ter como ponto de partida os dois processos históricos de caráter social que se estabelecem como definidores dessas construções: o patriarcado⁵ e o androcentrismo⁶. Esses processos elegem como referência o ponto de vista masculino. Em relação à história pode-se afirmar que as escolhas definidoras dos marcos são sempre masculinas, representadas por conquistas territoriais através de guerras. Os relatos dessas ações têm definido a história da humanidade, inclusive a do Brasil.

O DVD 11 retrata a história da república no Brasil entre o período de 1890 e 2000. Como se observa na tabela 1, são citados 105 nomes próprios, apenas 12 referentes às mulheres. Para as historiadoras Moreno(1987), Scott (1990 e 1992), Rago (1998), Soihet (2002),) e Perrot (2007), o problema da invisibilidade das mulheres tem sido fonte de pesquisa com o propósito de desvelamento dessa condição, na perspectiva de corrigir tais distorções.

Essa preocupação, de maneira geral, é exclusiva das feministas que buscam fazer o resgate das mulheres com um caráter didático, e que leva Joan Scott (1992, p. 39) a questionar: “Que podemos fazer para assegurar que os esforços de hoje não desaparecerão – de igual forma – dos livros de história que lerão nossos filhos e nossos netos?” É preciso, também, um esforço para expor essas ausências e buscar meios para transformar essas práticas, que têm sido apontadas como uma resultante da “dominação masculina”⁷, muito embora a partir das últimas décadas observem-se esforços para sua visibilização.

⁵Patriarcado é organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio público. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino dominante (arquétipo viril). COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**.

⁶ Diz-se do ponto de vista masculino para as elaborações teóricas sobre o funcionamento da sociedade. Enfoque de um estudo, análises ou investigação sob a perspectiva masculina unicamente, e utilização posterior dos resultados como válidos para todos os indivíduos, homens e mulheres. Este enfoque unilateral é levado a cabo sistematicamente pelos cientistas, o qual tem deformado campos da ciência tão importantes como a História, Etnologia, Antropologia, Medicina, Psicologia e outras (MORENO 1987, p. 23).

⁷ Expressão utilizada por Bourdieu (1995), para apontar o processo histórico de subordinação feminina e que dá título a uma de suas produções.

Moreno (1987, p. 22) aponta que o androcentrismo não está relacionado com a centralidade de todos os homens, mas de determinado homem que tem determinadas características que abarcam relações de poder tais como idade, raça, cor, classe social, nacionalidade, formação cultural. Aqui podemos falar das várias dimensões de poder que são construídas e que vão se somando para produzir um discurso que retroalimenta a eleição e a exclusão de homens e de mulheres, respectivamente.

Para Foucault (1979, p. 12-13) essa relação de poder vai ser exercida a partir da configuração de um saber que tem como subsídio a “verdade”. Dessa forma os discursos são elaborados e tomados em geral por homens brancos, ocidentais, proprietários, acadêmicos e nascidos no hemisfério norte que elegem determinadas verdades que se estabelecem.

No entanto, as mulheres sempre existiram e escreveram, atuaram no mundo, embora com uma experiência diferenciada da dos homens. É por isso que Michelle Perrot (2007, p. 21), procura identificar onde se encontram os registros referentes às mulheres. Essa autora aponta que existem poucos documentos, vestígios e fontes onde as próprias mulheres falem sobre si mesmas. A maior parte do que está documentado diz respeito à percepção dos homens sobre as mulheres, sempre de forma generalizada, fruto do imaginário masculino. Quando as mulheres escrevem, falam de suas vivências no espaço privado, tais relatos por serem da ordem do doméstico, são consideradas de menor importância.

Dessa forma, esses registros sempre foram pouco valorizados e muitas vezes destruídos por suas próprias autoras. Além disso, a gramática contribui para que as mulheres fossem invisibilizadas quando instituiu um genérico coletivo masculino (os homens, humano) plural que “esconde” as mulheres. Esta contingência lingüística associada ao poder do narrador tem promovido um estrago documental a respeito da metade da humanidade. Somam-se a estes dois fatores a perda das linhagens femininas em razão da mudança do sobrenome da mulher por ocasião do casamento.

Seguindo com mais algumas considerações sobre o quanto as mulheres aparecem nos oito episódios, foi necessário o cômputo do tempo de exposição de personagens masculinos, femininos ou ambos juntos, que aparecem na tabela 2:

TABELA 2 – Quantificação do tempo de exposição dos personagens das dramatizações no DVD 11, em minutos e segundos. Salvador, 2010.

Episódios	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8
Narradores	03'51"	03'24"	03'15"	01'20"	03'38"	02'30"	02'24"	02'48"
Narradoras	02'37"	00'54"	02'59"	01'25"	01'53"	02'18"	02'34"	01'24"
Homem/ns	04'36"	07'19"	07'32"	05'43"	05'17"	04'59"	05'21"	05'40"
Mulher/es	00'33"	00'10"	00'43"	00'55"	00'37"	00'59"	01'18"	01'21"
Mulheres e homens	01'21"	00'41"	01'42"	01'21"	03'39"	01'32"	03'54"	04'01"

FONTE: ELABORADA PELA AUTORA

A tabela 2 aponta uma enorme distância entre o tempo de exposição de homens e de mulheres. Dentre os oito episódios, aquele em que as mulheres são apresentadas em menor tempo é o episódio “Questão social: caso de polícia”. Nesse programa o tempo de exibição dos homens representa 97,7% e o das mulheres de apenas 2,2%, e o episódio que apresenta o maior tempo de exibição das mulheres é o “Da nova república ao real”. Além disso, quando soma-se o tempo de exposição das mulheres com o tempo onde elas aparecem junto com os homens, encontramos a metade do tempo em que somente os homens aparecem.

Essa disparidade temporal é uma constante em todos os episódios. Se o mundo⁸ está construído baseado em um princípio organizador por sexo, então há responsabilidades distintas para homens e para as mulheres.

Ignorar a metade da população nos relatos históricos sempre foi aceito até que as feministas colocaram em cheque tais narrativas. Tal desagravo foi gerando novos percursos metodológicos na expectativa de fazer aparecer o elemento feminino nos relatos históricos que só foram percebidos em outras instâncias, fora das narrativas de cunho conquistador e ou em eventos bélicos. As mulheres apareceram em outros locais e é Michelle Perrot (p. 26) que informa onde podem estar essas fontes: “podem ser achadas em bibliotecas, local do impresso, dos livros e dos jornais; como nos arquivos públicos ou privados”.

Nossa história do Brasil sempre foi escrita através a partir do ponto de vista do homem branco. Uma história hegemônica, repleta de heróis brancos que se estabeleceram no poder. Exaustivamente já foi dito que as feministas têm feito a crítica

⁸Considerando ciência moderna aquela cujos princípios apontam para uma neutralidade científica, que prega a existência da verdade única e imutável e que tomou o genérico homem para definir humanidade. Ver Londa Schienbinger. **O feminismo mudou a ciência?** (2001) Essa autora discute as prerrogativas da ciência moderna que disseminou idéias de uma suposta neutralidade científica, que permeou o pensamento social com os princípios do determinismo biológico que interferiu na vida das mulheres afirmando que por serem mais fracas fisicamente em relação aos homens, também tinham menor capacidade intelectual. Para tanto utilizou o discurso hegemônico que afetou não só as mulheres como também outras minorias, tais como negros(as), indígenas, homossexuais, idosos(as).

a essa suposta ausência das mulheres na história e os episódios do DVD 11 inovam ao inserir as mulheres no relato da história oficial. Como sabemos que as mulheres nunca estiveram presentes na história, salvo algumas exceções⁹, de posse desse novo banco de dados, podemos levantar duas hipóteses: ou a inclusão das mulheres tem um significado de complementar a vida dos homens que fazem acontecer o mundo no espaço público ou esta inclusão das mulheres representa, na verdade, o olhar sobre o espaço privado como aquele que se revela também como promotor da ação social. Se o poder, segundo Foucault, está em todos os lugares e perpassa por todas as relações, então, por entender dessa forma é que Saffioti aponta:

Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia [...] Como na dialética entre o escravo e o senhor, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania. (SAFFIOTI, 1992, p. 184)

Daí é que se percebe que o poder, ao ser discursivamente construído, pode estar localizado no campo social da resistência. Rocha-Coutinho (1994)¹⁰ relata, como parte de sua pesquisa, algumas estratégias utilizadas como recurso da resistência do poder feminino.

Trazendo um exemplo significativo sobre como funciona a implicação do autor no processo de produção, aponta-se aqui o Episódio 3, intitulado “Canudos e Contestado: guerras de Deus e do Diabo”. Esse programa totaliza 20’13” de exibição e se refere a duas narrativas independentes: uma sobre Canudos e outra sobre Contestado, vislumbrando as ações dos dois líderes messiânicos, Antônio Vicente Mendes Maciel e José Maria de Santo Agostinho, respectivamente. O primeiro é conhecido como Antonio Conselheiro por dar conselhos e o segundo é conhecido como o Santo Monge e considerado milagroso. Ambos são defensores da monarquia e lideram a resistência ao novo governo republicano.

A história apresentada é protagonizada por homens, quase sempre mestiços e, em algumas situações, as mulheres são quase sempre representadas como coadjuvantes. No caso de Canudos, foi a narrativa de Euclides da Cunha que, ao escrever *Os Sertões*, utilizou seu olhar masculino para contar a história daquele conflito. Nessa obra, o autor pouco se referiu às mulheres e, quando o fez, utilizou termos que ora as significavam

⁹ Um dos raros exemplos da história do Brasil é o nome de Maria Quitéria que, para ter reconhecimento precisou vestir-se de homem e lutar em campo de batalhas para passar a existir nos registros históricos.

¹⁰ No capítulo 6 de **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**, a autora exemplifica algumas estratégias utilizadas pelas mulheres em relação aos seus marido e filhos(as).

como “desvalidas” (p. 86), “alucinadas” (p. 90), “bruacas imprestáveis” (p. 245), ora como aquelas que resistiram ferozmente em combate, como mostra a citação a seguir:

[...] valiam homens. Velhas megeras de tez baça, faces murchas, olhares afuzilando faúlhas, cabelos corredios e soltos, arremetiam com os invasores num delírio de fúrias. E quando se dobravam, sob o pulso daqueles, juguladas e quase estranguladas pelas mãos potentes, arrastadas pelos cabelos, atiradas ao chão e calcadas pelo tacão dos coturnos — não fraqueavam, morriam num estertor de feras, cuspiendo-lhes em cima um esconjuro doloroso e trágico. (CUNHA, 1984, p. 201)

Assim, o ensino de história está diretamente ligado ao discurso. Canudos então, não se constitui uma exceção. Sua imortalidade dá-se por conta de uma obra literária escrita por um homem. De uma forma geral, fatos históricos diretamente relacionados às mulheres não são abordados ou o são de forma extremamente estereotipada e maniqueísta, com as mulheres subsumidas em meio a uma narrativa focada nos homens. Seus problemas específicos não aparecem.

Um dos produtos da trajetória feminista que se intensifica na década de 1960 quando se inicia a “segunda onda do feminismo”¹¹ tem sido, justamente, alertar para que as mulheres percebam o quanto e como elas são desprestigiadas socialmente. Essa compreensão de suas próprias capacidades, de compreender-se como sujeito no mundo, com competência para adquirir sua autonomia plena de direitos e com dignidade, constrói a consciência de gênero. Se não existe essa consciência, as mulheres tendem a pensar de forma androcêntrica, repetindo a história dos homens. Para Paulo Freire (p. 24) a conscientização possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, capaz de expressar as insatisfações sociais causadas pelas injustiças.

Ser sujeito da história remete a algumas considerações em relação ao tradicional “lugar das mulheres”. O fato de as mulheres estarem historicamente envolvidas com o cuidar do outro, com o trabalho de suprir a alimentação de adultos e também de maternar, tem reforçado a divisão espacial do público e do privado. As mulheres quase não aparecem nos episódios e quando isso acontece é o espaço privado que se apresenta legitimado.

A inclusão da mulher nos relatos históricos pode representar o discurso politicamente correto, mas não inclui a mulher verdadeiramente, apenas registra

¹¹ Movimento que se inicia na década de 1960, que busca construções teóricas, além de preocupações sociais e políticas. Este novo feminismo se expressa através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos e produção de livros, quando se disseminam os clássicos: *Segundo Sexo*, *A mística Feminina* e *Políticas Sexuais*, respectivamente de Simone Beauvoir, Betty Friedman e Kate Millet, entre outras. (LOURO, 1997, p. 15-16).

algumas delas. A imagem feminina pode, nesse caso, servir apenas de adereço do mundo masculino, que protagoniza a história oficial.

Outra consideração sobre a ausência das mulheres no espaço público pode ser ensejada pelo fato de os homens aparecerem junto com as mulheres sempre que estas são representadas no espaço privado. Isso pode significar que a condução da história, por ser androcêntrica, insere o espaço privado como forma de mostrar a totalidade da *vita activa*¹² masculina. Essa hipótese pode ser fortalecida pela observação de que as mulheres nunca aparecem sozinhas em um ambiente ou tecem algum diálogo entre elas próprias. Então, nesse caso, o espaço doméstico aparece como complementar da vida humana, mas explicitamente da vida humana dos homens. A mulher aqui aparece para significar a própria casa, sem significar a sua cidadania.

Há ainda outra consideração possível sobre a inserção, embora mínima, das mulheres nos relatos que pode significar a tentativa de fazer “desaparecer a fronteira entre público e privado”. Joan Kelly¹³ (*apud* Hollanda, 1994, p. 215) chama a atenção sobre essa questão afirmando que se as feministas aceitam o conceito de que “o pessoal é político¹⁴” então não há como afirmar que existe uma esfera da família, da sexualidade e afetividade e outra do trabalho e da produtividade. Para essa autora existem duas ordens operando simultaneamente: uma sexual e outra econômica de forma que a ideologia de gênero identifica o “lugar da mulher”.

A existência dessa fronteira, definidora de atividades, vem sendo minada depois da franca exposição das agruras vividas por sem número de mulheres dentro de seus lares, e que a Lei Maria da Penha nasce para protegê-las física e psicologicamente.

Ainda cabe a seguinte ressalva: com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação, as fronteiras dos espaços público e privado vêm sendo alteradas e junto a elas também tais conceitos. Assim, depois da última revolução tecnológica que conferiu visibilidade pública às pessoas de forma virtual, o espaço privado, outrora pensado como aquele referente somente ao doméstico, agora pode se constituir também

¹² Segundo Hannah Arendt, (1979) em sua obra “A condição humana” a expressão *vita activa* designa as três dimensões fundamentais da condição humana na Terra: o labor, o trabalho e a ação. O labor está associado ao processo biológico, ao ciclo da vida, ao suprimento das necessidades básicas do homem, ao seu metabolismo. O trabalho é a construção do mundo artificial das coisas, é a condição de permanência da existência do homem sobre a Terra depois da sua morte através de sua produção, é o registro de sua passagem no planeta e a condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação é a condição do homem ao estar com os outros, pensar, expor seu pensamento, e assim fazer a construção da história. Isto é possível porque os homens ao agir provam em si a condição da pluralidade e assim sua relação com a política.

¹³ KELLY, Joan. **The doubled vision of feminist theory**. 1979.

¹⁴ SARDENBERG, Cecília. Estudos feministas: um esboço crítico. In: Célia Gurgel (org.) **Teoria e práxis dos enfoques de gênero**. Salvador: REDOR-NEFIG, 2004.

em espaço de exposição, reconhecimento e poder. Dessa forma, o *click* de “enviar” em um teclado da própria moradia pode dar visibilidade à produção de homens e de mulheres. Assim, o conceito de privado e privado começa a ser desarticulado.

Depois de tais considerações, o espaço privado pode ser tomado como local da ação da vida em sua plenitude. Para sustentar essa hipótese se observa que os diálogos registrados no mundo privado são sempre entre homens e mulheres e tratam da política vigente, trazendo as questões de campanhas eleitorais, custo de vida, poder militar da ditadura. Assim, a inclusão do espaço privado nos vídeos pode representar avanços consideráveis por visibilizar a parte da vida que tem sido negada historicamente.

Evidente que esse é o início do percurso porque todos os discursos refletem o ponto de vista masculino. Se se começa a estabelecer essa quebra de fronteiras entre público e privado, há a concretização do pensamento de Soihet (2002). Essa autora vem se referindo a algumas historiadoras feministas que fogem ao binômio dominação/subordinação e cuja “proposta metodológica é estudar o privado e o público como uma unidade, assaz renovadora frente ao enfoque tradicional ‘privado *versus* público’” que possivelmente dará conta de temáticas como poder social, poder maternal, sedução.

Então, não se trata apenas de incluir as mulheres nos relatos, mas é preciso que sejam consultadas historiadoras feministas para conhecer seus achados relacionados às temáticas históricas, a fim de que se possa inseri-los nos materiais didáticos. Essa “nova história” trazida por mídias mais imparciais teria pelo menos dois propósitos: aproximar estudantes de uma história mais fiel aos fatos que aconteceram e também resgatar identidades de personagens femininas da História do Brasil. Isso naturalmente elevaria a auto-estima das meninas que, ao se verem representadas na história, poderão colocar-se no mundo como sujeito da ação, exercitando assim sua cidadania.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação a Distância. MEC011. Produção da TV Escola/MEC. Brasil, 2002. 1 DVD (139’ 57”), son., colorido.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf> Acesso em: 12.mar.2010.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In.: HIRATA, Helena & MARUANI, Margaret (orgs.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho** (org.); São Paulo: Editora Senac, 2003.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MORENO, Amparo. **El arquétipo viril protagonista de la história**. Ejercicios de lectura no androcêntrico. Cuadernos Inacabados. Barcelona: La Sal, 1987.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro:Rocco, 1994.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo. Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, M. P. (orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In.: A. O. Costa e C. Bruschini (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempo: São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução SOS: Corpo e Cidadania. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In.: A. O. Costa e C. Bruschini (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempo: São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001. 384 p.: Il.; 21 cm. (Coleção Mulher).

SOIHET, Rachel. **História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões**. 2002.